



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **FUNDAMENTOS E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO PROFISSIONAL NA CONTRACORRENTE NEOLIBERAL**

**LARISSA MIRANDA DE BRITO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Como reflexão teórica, esse trabalho historiciza o serviço social e seus fundamentos no ensino, formação e prática profissional. Diante dos ataques recentes às bases teórico-metodológicas que sustentam a profissão, intencionamos sinalizar para a defesa das DC/1996 e reafirmar nosso compromisso ético político com os grupos subalternizados em razão função de classe, gênero, raça e ou etnia.

**Palavras-chave:** Fundamentos; formação em serviço social; trabalho profissional

### **ABSTRACT**

As a theoretical reflection, this work historicizes social work and its foundations in teaching, training and professional practice. In view of the recent attacks on the theoretical and methodological bases that support the profession, we intend to signal the defense of the DC/1996 and reaffirm our ethical and political commitment to groups that are subalternized due to class, gender, race and/or ethnicity.

**Keywords:** Foundations; social work training; professional work

### **Introdução:**

Pensar os fundamentos do Serviço Social no Brasil, é entender o nascimento da profissão em seu contexto sócio-histórico e as implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas às quais esteve ligado nesses oitenta e oitos anos de sua existência, desde a primeira Escola, fundada em São Paulo em 1936. Nesse sentido, optamos por apresentar os marcadores do surgimento da profissão, seguido dos aportes teóricos-metodológicos que subsidiaram seus

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia

primeiros anos de existências e as transformações posteriores que impactaram em perspectivas inovadoras no campo da formação e trabalho profissional no contexto brasileiro.

De modo geral, é Netto (1991; 2011) e Iamamoto (2001; 2011) que nos ajudam a situar o surgimento do serviço social como resultado da dinâmica complexa da formação e expansão capitalista europeia. Nesse sentido, a profissão surge na Europa no contexto de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista entre finais do século XIX e início do século XXI. Enquanto as protoformas da profissão estão ligadas a união do Estado e da Igreja Católica como representativas da opressão e da caridade tomadas como instrumentos de contenção e gestão do pauperismo europeu que se expandia e alcançava níveis alarmantes entre o início da segunda fase da Revolução Industrial e sua conclusão, no pós Segunda Guerra Mundial. Seu surgimento enquanto profissão, ou seja, como parte da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, é resultado tanto do agravamento das desigualdades sociais no contexto pós-guerra quanto da mudança de perspectiva do Estado nas ações direcionadas ao seu arrefecimento.

Dessa forma, podemos considerar que o processo de inserção do Serviço Social, enquanto profissão, no contexto capitalista é resultado do reconhecimento político da questão social como campo de disputa entre interesses do capital e da classe trabalhadora. O que culmina na instituição de políticas sociais que como um campo contraditório e pluridimensional, como apontam Behring e Boschetti (2008), além de ser instrumento de legitimação do Estado, é também resultado das lutas e insurgências dos trabalhadores contra a condição degradante do sistema para com suas vidas.

Esse cenário demandou o surgimento de novas profissões capazes de atuar no campo das contradições de classe. Estavam criadas as bases de inserção desse profissional na divisão sociotécnica do trabalho. Dessa forma, os assistentes sociais são chamados a atuar, primeiro na execução dessas políticas e, mais tarde, em sua elaboração e avaliação. Em outras palavras, o surgimento do serviço social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no sistema capitalista, se materializa pela existência das condições materiais objetivas processadas na expansão, complexificação e consolidação de um sistema que contraditoriamente (re)cria condições de pobreza e desigualdades, mas também de lutas e enfrentamentos.

O pensamento positivista (que busca conservar a tradição e manter as estratificações sociais através das distinções de classe) vai moldar as formas culturais na era dos monopólios. Isso vai incidir nas relações sociopolíticas e, portanto, nas identidades profissionais. Para Netto



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(2011), há duas dimensões que fundamentam o positivismo, a primeira é a obtenção da verdade através dos fatos, a segunda é a psicologização da vida social que busca imprimir um caráter moralizador às ações individuais e coletivas. Assim, a combinação do pensamento cristão e a identidade atribuída pelo sistema capitalista ao Serviço Social, refletindo no positivismo como orientação filosófica para sua atuação profissional, irão moldar o conservadorismo que enraíza, tanto o surgimento dessa profissão, quanto a política social como condição objetiva para seu exercício.

Nesse sentido, lamamoto (2003), nos ajuda a compreender que as condições de inserção de uma “nova” profissão no contexto do capital atendem a três prerrogativas básicas: 1) funcionalidade para o sistema (matéria de atuação), 2) institucionalização profissional (regulamentação), 3) sustentação ideológica da profissão (fundamentos teóricos-metodológicos e técnicos-operativos). Nesse sentido, o serviço social tem como principal matéria de atuação a questão social e suas expressões, ou seja, o conflito entre interesses do capital e do trabalho expressos nas desigualdades de classes no interior do sistema e materializados como: pobreza, fome, assimetrias de classe, raça e gênero, etc. Institucionaliza-se profissionalmente através do reconhecimento legal e seus marcos regulatórios tanto no âmbito da formação quanto para a atuação profissional. E possui sustentação ideológica através dos parâmetros teóricos-metodológicos, mas também dos instrumentos técnicos-operativos desenvolvidos no processo de acúmulo histórico de expansão e consolidação da profissão.

Torna-se importante ressaltar que ao atingir o *status* de profissão, de acordo com lamamoto (2003), o serviço social adquire a dimensão de trabalho concreto e ao mesmo tempo abstrato, processo que imprime no profissional, Assistente Social, o caráter de trabalhador assalariado, o que irá incidir, portanto, na mercantilização de sua força de trabalho e consequente alienação como elemento fulcral do processo de trabalho capitalista, esse cenário contribui para a restrição de sua autonomia técnica, intelectual e criativa. Contudo, é preciso reconhecer que como parte da engrenagem contraditória do sistema, ao passo que são criadas as condições de mercantilização e alienação que restringem a autonomia profissional, no movimento dialético da processualidade histórica são criadas também as condições objetivas para a superação (ainda que relativa) da alienação e restrição do exercício profissional. Nesse sentido, Yazbeck (2007), vai refletir sobre a relativa autonomia desenhada no processo histórico da profissão como parte do movimento contraditório e dialético das transformações experimentadas nos anos de sua existência.

Dessa forma, se em seu nascedouro o serviço social esteve aliado aos interesses de manutenção do *status quo*, fundamentado por teses ligadas à doutrina social da Igreja Católica e ao positivismo como sustentáculos teórico-metodológicos e técnico-operativos, no movimento histórico de consolidação profissional, especialmente no que se refere à América Latina e, mais especificamente ao Brasil, essa aliança irá perder forças à medida que seus profissionais começam a compreender o movimento da totalidade histórico-dialética de surgimento, expansão, consolidação e sustentação do sistema capitalista. Dessa forma, nos concentraremos a partir de agora na análise dos fundamentos da formação e do trabalho em serviço social no Brasil para situarmos melhor o debate acerca das transformações vividas pela profissão em suas bases teórico-metodológicas e técnico-operativas.

## **Fundamentos e Formação em Serviço Social no Brasil**

As protoformas do serviço social brasileiro remetem à década de 1930, e, assim como no contexto europeu, situa-se na união do Estado com a Igreja para atuação no âmbito da nascente questão social. Nesse período, são criadas as primeiras Escolas de Serviço Social como parte do projeto do Centro de Estudos e Ação Social da Igreja Católica em São Paulo. Com a intenção de racionalizar, sistematizar as ações de caridade, buscava-se formar de modo técnico e especializado, através do estudo e da difusão da doutrina social da Igreja, largamente influenciada pelo modelo franco-belga, baseado na filosofia de São Tomás de Aquino com a finalidade de salvar o corpo e a alma, fundamentando-se no postulado de servir ao outro e cuja prática se calcava no favoritismo, paternalismo e clientelismo.

No contexto político-econômico o país vivia a transição do modelo agrário exportador para o modelo industrial, o que incidiu em um processo de urbanização (in) tenso e desorganizado que resultou no aumento das mazelas sociais e, ao mesmo tempo, no reconhecimento da questão social como alvo de ações sistemáticas para o arrefecimento da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, Castro (1993), considera que o Serviço Social se consolida no contexto latino-americano de reorganização das bases produtivas dos países. Para ele, a Igreja Católica funcionou como instituição responsável por uma "base orgânica fundamental" para o estabelecimento da profissão nos mais diversos países com uma estrutura teórico-metodológica quase comum em seus cursos.

Nesse cenário, entre meados e os anos finais de 1930, surgem as primeiras Escolas de Serviço Social brasileiras, em 1936 e 1937, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

cuja formação, como dito anteriormente, situava-se a partir dos pressupostos da filosofia de São Tomás de Aquino de benemerência e salvação da alma através do ajuste do “corpo físico” à moral e a ética Cristã. Como resultado desse processo, já em 1947, surge o primeiro Código de Ética Profissional no exercício de uma construção deontológica para o serviço social que alia sua prática ao tratamento de pessoas “desajustadas”. Nesse caminho, a filosofia de São Tomás será somada aos pressupostos positivistas e funcionalistas, especialmente àqueles desenvolvidos por Émile Durkheim, cujo fundamento principal é a ideia de que a sociedade funciona como um corpo biológico no qual cada órgão é importante para o bom funcionamento do sistema, desse modo, estes devem cumprir suas funções sem anomias. Transferindo esse pressuposto para uma análise social, significa dizer que cada indivíduo deve cumprir suas funções sociais desde o lugar (de classe, raça, gênero) que lhe foi atribuído pela sociedade e os desajustados devem ser tratados para que se adequem ao sistema e mantenham a engrenagem.

A formação, portanto, adquiria um modelo técnico-operativo baseado na prática profissional estadunidense consolidada pela técnica do Serviço Social de Casos Individuais, desenvolvido por Mary Richmond, e comprometido com o trabalho individual de ajuste do indivíduo ao sistema, considerando-o responsável moral e eticamente por sua condição de pobreza. A encíclica papal *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI, será também um importante catalisador dos parâmetros de formação e atuação das “damas de caridade”, como eram conhecidas às moças às quais se destinavam a formação. Nela, a Igreja reconhece a importância do livre mercado e chama a atenção da sociedade para os benefícios da caridade como prática de justiça social e salvação da alma, ao mesmo tempo em que conclama para a colaboração de classes. Assiste-se, portanto, a união da filosofia humanística cristã com a teoria funcionalista como fundamento principal do nascimento do serviço social.

De acordo com Castro (1993), apesar desse cenário, já em 1945, é possível notar no contexto latino-americano, na ocasião de realização do Congresso Pan-Americano realizado no Chile, cujo tema principal foi a formação em Serviço Social, um embate ideológico que contrapunha o serviço social de base tomista-positivista (cuja prática profissional se afirmava pela neutralidade, frieza, distanciamento dos problemas tratados e aprimoramento dos métodos: serviço social de caso individual), a um novo serviço social que deveria estar voltado para os interesses da classe trabalhadora, como propôs um representante da delegação brasileira presente no Congresso.

Apesar dessa discussão não ter ganhado força naquele momento, é interessante notar que um ano após a realização do encontro, em 1946, é criada a Associação de Escolas de Serviço Social – ABESS (Instituto Social RJ; Escola de Serviço Social e Instituto Social- SP), cuja atuação estava voltada para coordenar a atuação e representar interesses das Escolas de Serviço Social. Posteriormente, em razão do Congresso da Virada (como veremos mais adiante) realizado em 1979 e das transformações sociais e profissionais, a entidade passa a ser denominada, a partir de 1996 de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

No cenário geral, o serviço social continuou até, pelo menos, meados da década de 1970, acompanhando a tônica das orientações de formação e trabalho desenvolvidas tanto nos Estados Unidos da América (EUA) quanto na Europa entre meados de 1930 e início da década de 1960. Nesse período, desenvolveram-se estudos que consolidaram o serviço social no cenário das profissões capitalistas a partir de três técnicas de trabalho, amplamente conhecidas: o Serviço Social de Casos Individuais (1920-1930), o Serviço Social de Grupos (1930-1950) e o Serviço Social de Comunidades (1950-1970). O surgimento do serviço social de grupos e de comunidade situam-se na expansão da pauperização da classe trabalhadora, com conseqüente alargamento das lutas em torno dos direitos e conquistas trabalhistas materializadas na regulamentação de horas, salário, direitos civis e políticos. De todo modo, resultam de uma estratégia baseada na perspectiva liberal desenvolvimentista, de manutenção da psicologização e culpabilização do sujeito por sua condição social com conseqüente responsabilização pela saída da condição de mazela.

Nesse sentido, essas técnicas buscavam reforçar a ideia de responsabilização da comunidade por si, através do autoconhecimento e melhoramento coletivo por via de iniciativas próprias sem intervenção estatal direta. O que contribuiu para uma prática distante da compreensão das engrenagens do sistema produtivo que ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade de produção de riqueza e bem-estar, impede a participação do trabalhador e seu acesso ao lucro gerado pelo sistema produtivo. Empobrecendo-o à medida que enriquece através da exploração de seu trabalho.

Apesar dos ventos de mudança de perspectiva soprados em meados da década de 1940, como afirmamos anteriormente, as condições objetivas para a materialização desse intento apenas serão materializadas alguns anos mais tarde, como veremos a seguir. Embora as primeiras escolas de serviço social tenham surgido em meados de 1930 entre nós, sua institucionalização e ingresso na divisão social e técnica do trabalho nacional apenas irá ocorrer



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

em meados de 1950, quando o país vive politicamente o ideal de “50 anos em 5”, materializados pela política de crescimento econômico via expansão industrial postas em curso por Juscelino Kubitschek. O cenário de aumento da pobreza com consequente disseminação de doenças e desabrigoamento, impactam no reconhecimento por parte do Estado da necessária adoção de políticas sistemáticas no trato da questão social. Desse modo, o modelo que historicamente somou repressão e caridade “cede” espaço para a estruturação de políticas sociais voltadas para gerir e arrefecer os conflitos de classe. Nesse cenário, em 1953, através da Lei nº 1889., o serviço social é estabelecido como curso de nível superior e passa a integrar a grade de ofertas de cursos de faculdades e universidades existentes em diferentes partes do país. Importante destacar que na proposta curricular do período a finalidade profissional seria a de “contribuir para criar um ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada para os problemas sociais” (Brasil, 1954).

Desse modo, são criadas as condições objetivas para o surgimento do serviço social enquanto profissão no Brasil. Tendo sido regulamentado em 1957, através da Lei nº 3.252, a profissão passa a constituir-se como parte da engrenagem do sistema capitalista, chamada a atuar na execução de políticas sociais a partir de uma formação que possibilitasse um exercício profissional baseado na filosofia tomista somada ao funcionalismo, representadas pela prática neutra, psicologizante e interessada na manutenção do *status quo*. De acordo com Castro (1993) e Netto (2011), como resultado do contato direto entre os assistentes sociais e a comunidade nas quais trabalhavam, a categoria profissional, resguardadas as particularidades socioespaciais de cada país, viu-se impelida à luta social, à medida que sistemas fascistas e ditatoriais se espalhavam pela América-latina.

Assim, no contexto latino-americano o serviço social experimentou uma “crise ideológica” que levou seus profissionais, através de uma reflexão crítica e do reconhecimento das especificidades latino-americanas, a questionar as bases teórico-metodológicas e técnico-operativas às quais estavam vinculados em sua formação. Podemos considerar que essa é um primeiro movimento da profissão no reconhecimento de sua dimensão genérica como trabalhador explorado pela dinâmica alienante e fetichista do capital. Esse cenário desencadeou o processo amplamente reconhecido na história da profissão como *Movimento de Reconceituação Profissional*, iniciado em 1960 no contexto latino-americano mais amplo, e no Brasil cinco anos depois, em função das características particulares que a Ditadura Militar assumiu entre nós (Netto, 2011; Mioto e Nogueira, 2013).

Para Netto (1991; 2011), o Movimento de Reconceituação pode ser compreendido a partir de três perspectivas distintas materializadas em documentos que condensam as principais ideias defendidas pelos profissionais em cada período. A primeira perspectiva, nomeada “*perspectiva modernizadora*”, pode ser analisada a partir dos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), como resultado de encontros profissionais realizados nas cidades mencionadas. Neles, é possível observar que há uma tentativa de modernização das bases funcionalistas agregando-se ao estruturalismo e a teoria sistêmica, a ideia subjacente e tributária do positivismo, era de que a maior aproximação com essas abordagens científicas (pretensamente neutras e objetivas) confeririam à profissão um exercício profissional técnico afastando-o da doutrina católica. Dessa forma, os profissionais engajaram-se no melhoramento do método, levando em consideração a máxima funcionalista de atuação no nível microssocial para atenuar as anomias no macro funcionamento da sociedade. A atuação profissional volta-se, dessa maneira, para um viés policialesco, fiscalizador e psicologizante e, ao invés de romper com a doutrina social católica, aprofunda os princípios de dignidade, perfectibilidade e sociabilidade essencial da pessoa humana, cuja base é o Neotomismo.

Na segunda perspectiva, nomeada por Netto (1991; 2011), como “*reatualização do conservadorismo*” expressa nos documentos produzidos nos Seminários de Sumaré (1978) e Boa Vista (1984), os profissionais lançam mão, ainda que de maneira incipiente como reconhece o autor, da tradição fenomenológica que, voltada para os estudos da subjetividade e experiências particulares dos indivíduos sociais, recuperou a herança histórica e conservadora da profissão à medida que contribuiu para uma análise do indivíduo descolado dos processos engendrados pela estrutura do sistema produtivo.

As condições materiais e objetivas da realidade brasileira, contribuíram para nuances particulares do Movimento de Reconceituação entre nós, desse modo, é na terceira perspectiva desse processo que aparece a transformação mais profunda pela qual passou a profissão nos últimos anos. Nomeada por Netto (1991), como *intenção de ruptura*, e materializada em três fases distintas que remetem a aproximação do serviço social com as teorias marxistas. Como resultado da aproximação do serviço social com os movimentos de luta contra a ditadura militar no Brasil, mas também do aumento da demanda por profissionais por parte do Estado, em função da expansão e complexificação da questão social entre nós, assistiu-se a inserção desses profissionais em debates profícuos acerca da produção marxista e marxiana.



O primeiro sinal dessa aproximação foi a criação do Método BH, criado por Professores e estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) entre 1972 e 1975. A ideia foi, a partir do método materialista-histórico-dialético, criar um instrumento de atuação profissional que rompesse com a lógica positivista e buscasse a compreensão da questão social a partir do movimento dialético e da totalidade como dimensões fulcrais da realidade histórica. Sua aplicabilidade, no entanto, apresentou alguns problemas o que não ofusca a importância dessa iniciativa no processo de rompimento do serviço social com suas bases conservadoras. É importante destacar que na década de 1970, surgem os primeiros programas de pós-graduação em serviço social no Brasil, o que favorece uma política formacional que vislumbrasse para além do ensino a pesquisa como dimensão constitutiva da formação profissional.

Podemos considerar que o método BH, forneceu bases para os debates realizados no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo 1979 – segunda fase – que representou um momento transformador para a profissão à medida que aproximou profissionais e estudantes da luta antiditatorial empreendida por trabalhadores, estudantes e setores da população nacional. Nesse segundo momento, há uma aproximação por um viés militante de inserção na luta da classe trabalhadora e entendimento mais profundo do Assistente Social como categoria constituinte dessa classe. Contudo, é na terceira fase da Intenção de Ruptura que vamos assistir a um aprofundamento teórico-científico das bases conceituais marxianas, a partir da publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de autoria de Iamamoto e Carvalho, publicado em 1982, e que vai subsidiar uma política formacional e uma ética profissional assentada na defesa dos direitos dos trabalhadores, das classes subalternizadas.

Como resultado desse processo, as questões em torno do currículo tornam-se o centro dos debates no interior da profissão. Dessa maneira, assiste-se entre 1982 e 1985, um maior recurso à Teoria Crítica como principal fundamento teórico-metodológico e técnico-operativo para a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais. Como resultado desse processo, a profissão começa a entender a questão social como parte da contradição histórica de existência do capitalismo e posiciona-se agora em defesa da classe trabalhadora. Já no contexto de abertura democrática do país e de promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou a Seguridade social como tripé: entre previdência, saúde e assistência, o Serviço Social consolida seu Código de Ética Profissional de 1993, no qual expressa sua defesa da classe trabalhadora e compromisso com a construção de uma nova ordem societária, trazendo, portanto, novos

horizontes não apenas para a formação, mas especialmente para o trabalho profissional. No âmbito da formação, as Diretrizes Curriculares de 1996, serão responsáveis por apontar o horizonte formativo da profissão.

### **Diretrizes curriculares de 1996: nadando contra a corrente**

As Diretrizes Curriculares (DC) que resultam dos processos supramencionados, derivam da revisão do currículo mínimo aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982, consolidadas em 1996 e revistas três anos depois, em 1999. Consoante com o projeto ético-político construído em oposição a identidade atribuída pelo sistema capitalista ao serviço social no momento de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto profissão chamada a atuar de modo pragmático e tecnicista na intervenção das expressões da questão social mediadas a partir de políticas sociais fragmentárias e focalizadas, as DC surgem a partir do debate coletivo com ampla participação das entidades organizativas da categoria: ABEPSS, CFESS, CRESS e ENESSO, e buscou atender a três eixos relacionados as mudanças societárias operadas no contexto neoliberal.

O primeiro eixo, está relacionado às **mudanças no mundo do trabalho** consolidadas através da racionalização da produção, reestruturação e intensificação do controle de trabalho, questionamento da lógica do consumo em massa, flexibilização econômica e precarização das relações de trabalho. Sinalizam para uso do fundo público como principal agente de financiamento do capital e da força de trabalho por meio do provimento de recursos para ciência e tecnologia, juros direcionados para setores econômicos de ponta, financiamento da agricultura, gratuidade e obrigatoriedade da educação, sustentação da previdência social, socialização da medicina e manutenção do seguro desemprego, como garantidores do que se convencionou chamar de acumulação flexível (Iamamoto, 2003).

O segundo eixo relaciona-se com as **mudanças na esfera do Estado**, esse aspecto refere-se às alterações no processo de elaboração, gestão e execução das políticas sociais e pode ser caracterizado, de modo geral, pela desestabilização do debate e das políticas surgidas nos “anos de ouro” (Hobsbawn, 1995) do capitalismo central com consequente impacto do neoliberalismo sobre esse setor. Dessa forma, as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o subsídio financeiro do Banco Mundial atuam para a privatização, descentralização e desregulamentação do mercado, cuja redução dos gastos fiscais com as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

políticas públicas incidem diretamente sobre a retração dos direitos sociais. No contexto de países de economia dependente e história colonial, como o Brasil, por exemplo, esses processos serão complexificados e recrudescidos em razão da cultura nacional de bases autoritária e clientelista.

Esse cenário forja aquilo que Yamamoto (2003, p. 179), vai chamar de “nova pobreza”, fundada no surgimento de “(...) um excedente da força de trabalho que não tem preço, porque não tem mais lugar no processo de produção” e fará renascer discursos que remetem ao século XIX, em termos de fundamentação e operacionalização da assistência: a ideia de solidariedade e filantropia, como principais formas de atuar junto às expressões da questão social (cujo fundamento está na disputa capital x trabalho e nas respostas elaboradas pelo Estado e empresariado para sua gestão). O terceiro eixo revela **as transformações no campo da cultura** que apontam para o debate pós-moderno assentado na transferência da linguagem do mercado e da mercadoria para a ciência e tecnologia, o que incide no pragmatismo e na fragmentação da análise sociocultural e por consequência no baixo engajamento na luta social pela construção de um novo sistema societário para além do capital.

O quadro supramencionado atinge o serviço social em variadas dimensões, pois ao passo que o profissional é chamado a atender às novas demandas que surgem no contexto neoliberal de caráter privatista, controlador e repressivo, o assistente social, como trabalhador assalariado, também está submetido à lógica de flexibilização, desregulamentação, precarização e subcontratação. No que se refere às novas demandas profissionais, nelas estão incluídas: além de executar, elaborar políticas sociais, inserir-se em equipes multidisciplinares/interdisciplinares, aprender técnicas de recursos e gestão, atuar mediado por novas tecnologias da informação e comunicação, responder ao produtivismo requerido pela lógica do financiamento internacional, como pressuposto estabelecido pelo FMI e Banco Mundial para a liberação de fundos. Além disso, a desresponsabilização estatal e a privatização das políticas sociais abre espaço para forte atuação do terceiro setor, com destaque para as Organizações Não Governamentais (ONG), que passam a demandar pela contratação desses profissionais, o que muitas vezes ocorre através de contratos precarizados cuja formação requerida não corresponde ao enquadramento de contratação, por exemplo, contratar assistentes sociais como educadores sociais para baixar seus salários, porém, com desempenho de funções historicamente atribuídas ao serviço social.

Nesse contexto, se impuseram desafios para a formulação de um processo formativo que fosse capaz de atender, ao mesmo tempo, as demandas surgidas no âmbito do Estado e do empresariado, como garantia da legitimidade profissional, e consolidar o projeto ético-político



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional que se afirma na contracorrente da expansão capitalista. Dessa forma, Iamamoto (2003) considera que os desafios impostos quando do surgimento das DC, atingiam três dimensões do processo formativo: 1) dimensão metodológica, 2) de ensino e 3) da prática profissional. Na primeira, revela-se o contraste entre a imposição, por parte do capital, de uma análise da realidade social pragmática, fragmentária, individualista (que repercutiria em um fazer profissional dotado das mesmas características) e, por outro lado, a defesa do projeto ético-político e do Código Profissional/93 que aponta para uma formação capaz de detectar as dimensões da universalidade, particularidade, e singularidade, assentada, portanto, na capacidade de apreender a totalidade da vida social.

O segundo desafio, referente ao ensino, caracteriza-se pelo vazio de estratégias, táticas, ou seja, o arsenal de instrumentalização do agir profissional coerente com a perspectiva de apreensão da totalidade. Nesse âmbito, o grande dilema seria o debate e criação de estratégias que concretizassem os pressupostos presentes no projeto ético-político: liberdade como valor central, emancipação humana, construção de uma nova ordem societária sem discriminação de raça, classe, gênero. O terceiro desafio, busca construir estratégias que possibilitem relacionar a dimensão formativa e técnico-operativa da profissão. É, sobretudo, nesse terceiro aspecto que o estágio supervisionado vai ocupar lugar privilegiado e revelar-se como um “nó górdio”, uma vez que sua solução requer uma articulação profícua da categoria acadêmico-profissional. Assim, as DC construídas em 1996, expressam e aprofundam os valores do Código de Ética Profissional/93 colocando-se na contracorrente da reforma universitária em curso, cujo principal objetivo é atender aos organismos internacionais multilaterais de desmonte da universidade pública através de uma tendência a caracterizá-las a partir de uma lógica mercantil e empresarial.

As DC/1996, tiveram como principal objetivo distanciar a formação em serviço social da lógica da “formação por competências” preconizadas pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, OCDE e União Europeia no contexto do Processo de Bologna) com o interesse de atender as necessidades da economia de mercado. Organizadas em três núcleos: 1) fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do serviço social; 3) fundamentos do trabalho social. Concebidos de maneira “complementares e interdependentes” (Iamamoto, 2014), os núcleos objetivam situar o serviço social na História em suas dimensões, globais, nacionais, regionais e locais e romper, definitivamente, com a racionalidade presente na origem da profissão que buscava psicologizar e individualizar a apreensão da realidade social. Assume, portanto, a centralidade do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

enquanto categoria fundante para análise das dinâmicas societárias a partir da perspectiva da totalidade histórica. Dessa forma, a tradição marxista e o método materialista-histórico-dialético assumem lugar fulcral. Busca possibilitar que seus estudantes (e futuros profissionais) compreendam a realidade capitalista – marcada pela disputa de classes – , proponham alternativas e negociem junto ao poder contratante na direção de defesa dos direitos sociais

Ao situar o serviço social na dinâmica da “História geral”, as DC/1996 sinalizam para o compromisso de pensar a prática profissional como centralidade do processo formativo. Nesse sentido, os núcleos se encontram alinhados com o a) resgate da historicidade da profissão; b) tecem uma crítica teórico-metodológica contundente ao conservadorismo e à vulgarização do marxismo, como marcas do surgimento da profissão; c) dão ênfase à política social pública a partir da defesa de uma perspectiva universalista; d) estabelecem um debate teórico-político sobre a questão social cujos desdobramentos apontam para o compromisso com a classe trabalhadora; e) fortalecem a discussão sobre os princípios éticos consoantes ao projeto profissional; f) descortinam os impactos da reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho e o empobrecimento da classe trabalhadora, admitindo a centralidade do trabalho na apreensão da sociabilidade capitalista; g) objetivam um exercício profissional como práxis - ação pensada, refletida, transformadora (Vásquez, 1980).

A proposta formativa do serviço social, afirma-se, portanto na contracorrente do neoliberalismo ao defender a construção de uma racionalidade crítica ao poder instituído. Dessa forma, o trânsito da formação para a prática profissional se dá de forma complexa porque exige de seus profissionais um compromisso ético e político com seu objeto de atuação. É sobre esses desafios que tratamos a seguir, caminhando então para a conclusão do nosso texto.

### **Limites e possibilidades para o trabalho profissional do assistente social no contexto brasileiro**

A reconceituação do serviço social e o rompimento legal com a doutrina social católica e com a manutenção do *status quo*, é parte da construção de um projeto ético-político que pressupõe uma formação profissional assentada na teoria crítica e na defesa dos direitos sociais. Garante o pluralismo, desde que esse não busque reestabelecer um viés conservador e psicologizante à formação e exercício profissional. Dessa forma, fundamenta os marcos regulatórios das políticas curriculares a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, que reconhece



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

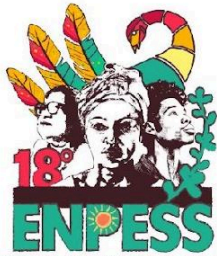
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996). Assim, a transformação possibilitada pelo terceiro momento do movimento de reconceituação no Brasil, materializa o rompimento do serviço social com perspectivas que deslocam a análise social do nível macro para o nível micro e abrem espaço para a culpabilização e responsabilização do sujeito por sua condição de classe que o impele à vulnerabilidade social.

Nesse caminho, o Código de Ética Profissional, compromete-se com a liberdade como valor central a partir da autonomia, emancipação e plena expressão dos indivíduos sociais para que juntos possamos construir uma nova ordem social, sem dominação de classe, raça e gênero. A materialidade desses compromissos, entretanto, exige condições materiais objetivas para um exercício profissional condizente com os valores nele defendidos. Nesse sentido, um dos limites que o profissional de serviço social enfrenta em seus processos de trabalho é aquilo a que já nos referimos nesse texto: as interdições, alienação própria do processo de trabalho no capitalismo que limita sua autonomia profissional e o insere em uma engrenagem trabalhista assentada na lógica do neoliberalismo contemporâneo: o produtivismo, a flexibilidade, a eficácia, eficiência e efetividade de seu trabalho para melhoramento do sistema.

Nesse sentido, concordamos com Behring e Boschetti (2008), quando consideram que o neoliberalismo contemporâneo contribui para o recrudescimento das mazelas sociais com maior complexificação da questão social e o surgimento de novas expressões que atingem de modo diferenciado indivíduos a partir de sua raça, classe, gênero e ocupação territorial (Iamamoto, 2011). Na contemporaneidade, há uma maior degradação da vida social aliada a refilantropização da assistência que volta a atuar no âmbito da questão social como caso de polícia, através de programas sociais compensatórios, repressivos e moralizadores.

Esse cenário, rebate no serviço através da retração das condições objetivas de trabalho, requerimento de tarefas policiais, censura e controle dos usuários, respostas pragmáticas e resultados que garantam eficiência, eficácia e produtividade. Opera-se dessa forma, uma retração da consciência coletiva da profissão, conquistada à duras penas, como supramencionado, através de um aprofundamento da alienação profissional. Dessa forma, as condições objetivas atuais impelem o trabalhador/a assistente social a uma prática reificadora que busque o ajustamento do indivíduo ao sistema produtivo. Por isso, vemos ressurgir um debate que busca fazer renascer as práticas clientelistas e policiais do início da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

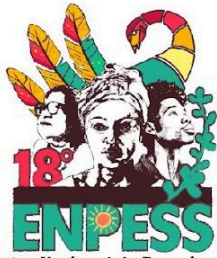
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na contramão desse processo, a dinâmica da intenção de ruptura se reatualiza no campo daquilo que lamamoto (2011) revela como sendo uma das principais contradições que permeiam a prática profissional: de um lado o peso institucional e do outro a relativa autonomia do profissional. Dessa maneira, ainda que reconheçamos o assédio neoliberal de reatualizar conservadorismos no interior da profissão, precisamos lançar mão dessa autonomia relativa, materializada nas regulamentações das funções privativas e competências do serviço social, na qualificação profissional especializada, na articulação profissional (interna e externa), na força da organização política profissional e articulada com os movimentos sociais de base. É preciso, portanto, apropriar-se do aparato legal acumulado pelos anos de história profissional para o enfrentamento e negociação com os empregadores tendo como horizonte uma prática profissional condizente com nosso projeto ético-político.

Ademais, os autores insistem na importância da pesquisa científica e na articulação nacional e internacional da profissão para que possamos juntos buscar saídas viáveis para o exercício da autonomia relativa, compreendendo, entretanto, que não somos responsáveis diretos pela mudança estrutural do sistema, contudo, fazemos parte da única classe capaz de alterar a lógica: a classe trabalhadora. Nesse sentido, é importante sinalizar para o papel de destaque que o serviço social brasileiro pode assumir nesse processo de articulação internacional, em função das transformações experienciadas por ele ao longo desses anos e brevemente descritas no texto. Observa-se, por exemplo, que em países africanos pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente àqueles pertencentes ao continente africano, a inserção do serviço social como profissão é ainda uma realidade recente ou em casos como o de Moçambique, ainda nem se tornou realidade, como apontam Marques e Schmitt (2021).

Estabelecer uma articulação com esses países é contribuir para o nascimento de um serviço social já situado em uma perspectiva crítica que revele a totalidade como dimensão fulcral para pensar o sistema capitalista e as contradições que lhe são inerentes, o que poderia amenizar o assédio neoliberal no desenvolvimento do exercício profissional nesses territórios.

Ademais, concordamos com lamamoto (2011) quanto a urgência da reunião de esforços coletivos por parte da comunidade acadêmica, profissionais e estudantes de serviço social, para a (re) aproximação da categoria com os movimentos sociais, destituídos de uma lógica militante, nutridos, certamente, pela apropriação do método marxiano que observa no movimento dialético e histórico da classe trabalhadora as bases para a construção de uma nova ordem societária (lamamoto, 2011), somado à pesquisa tendo como campo principal os campos de atuação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

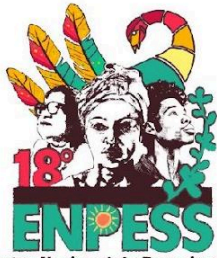
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional para articular de forma cada vez mais aprofundada teoria e prática acadêmica. Dessa forma, apesar de reconhecermos os limites impostos pelo sistema para uma atuação profissional que materialize nosso projeto ético-político, vislumbramos, pelo movimento histórico da profissão, possibilidades de exercício de uma prática profissional desenhada na contracorrente da alienação capitalista, neoliberal.

### Referências:

- BRASIL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993a  
\_\_\_\_\_. Lei de Regulamentação da Profissão. Lei 8.662/93. Brasília, 1993b
- CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. Trad.: José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993
- HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos: o breve século xx 1914-1991. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- IAMAMOTO, M. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: CORTEZ, 2001
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004
- \_\_\_\_\_. Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do Assistente Social e as Políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, CFESS, ABEPSS, 2000
- MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHIMITT, Adriana Regina Vettorazzi. (Orgs). O Serviço Social em Países de Língua Portuguesa: interculturalidade e desafios. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021
- NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

\_\_\_\_\_. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8 ed. Cortez: São Paulo, 2011

VÁSQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. Trad.: Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.